

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**Grupo II (Direito Administrativo e Legislação Institucional e Organizacional do Estado)**

**DIREITO ADMINISTRATIVO - LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL - ORGANIZACIONAL DO ESTADO**

1. Sobre desapropriação, responda:

- a) o Brasil adotou o sistema de indenizações múltiplas ou o sistema de indenização única? Justifique, apontando os dispositivos legais pertinentes;
- b) considere a seguinte situação: o Estado de Mato Grosso do Sul desapropria imóvel já classificado com a cláusula *non aedificandi*, em decorrência de lei municipal, o que diminuiu consideravelmente seu valor. Pergunta-se: o preço da área a ser paga pelo Estado é o equivalente ao preço de mercado, com a depreciação provocada pela Prefeitura ao instituir a área da não-edificação? Ou, ao contrário, o Estado deve pagar o preço correspondente ao valor de mercado, da época anterior à limitação, sub-rogando-se este no direito de pleitear da Prefeitura o que foi obrigado a pagar de indenização? Justifique;
- c) na hipótese anterior, pode-se falar na existência de solidariedade entre o Município e o Estado quanto à indenização da totalidade da área expropriada? Justifique;
- d) pode a União realizar ato de desapropriação por utilidade pública de bem do domínio do Estado de Mato Grosso do Sul ? Justifique.

2. Em se tratando de ato administrativo, responda: quais os atos administrativos que não podem ser revogados?

3. Servidor público estadual, do sexo masculino, atualmente ocupa um cargo de médico e outro de odontólogo, com quatro horas diárias de trabalho cada um, tendo tomado posse, em ambos, há exatos dois anos. Antes trabalhara para o Estado como professor. Consta de sua ficha funcional que teve averbado em seus assentamentos funcionais um total de três anos de contribuição ao INSS, relativos ao tempo em que prestou serviço à Caixa Econômica Federal, como médico. Conta, ainda, com a averbação de cinco anos de tempo de contribuição ao Município de Campo Grande, onde também foi médico. Após dez anos de tempo de serviço prestado ao Estado, sendo dois anos no cargo efetivo de médico, é declarada a desnecessidade deste cargo.

Pergunta-se:

- a) é possível a acumulação referida? Justifique.
- b) em decorrência da declaração de desnecessidade, o que ocorrerá com referido servidor? Justifique.
- c) como será efetuado o pagamento de sua remuneração, doravante? Justifique.

4. Entidade civil, sem fins lucrativos, sediada em Campo Grande (MS), voltada para atividades culturais, apresenta ao Estado proposta de parceria, na qual propõe concluir a obra já iniciada em próprio estadual, da Estação Rodoviária, com mais de 5.000m<sup>2</sup> de edificação. Esclarece que: (1) concluirá a obra, com investimentos da ordem de R\$ 10,0 milhões, (2) fornecerá o acervo, do qual já é detentora de mais de 50.000 documentos,

## ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

discursos e imagens da história do Estado, (3) ficará responsável pela edificação e (4) fará a administração e manutenção do prédio, que será transformado em um Centro Cultural da Imagem e do Som de Mato Grosso do Sul. Considerando tais investimentos, solicita garantia de tempo para utilização da edificação em caráter privativo, não obstante informe que será permitido o acesso ao público mediante o pagamento de ingresso em preços a serem fixados em conjunto com o Estado. O imóvel – incluídas as benfeitorias e o acervo – será devolvido ao Estado no termo final da avença. Considerado isso:

- a) aplica-se, ao caso, a concessão de direito real de uso, a concessão de obra, a concessão de uso ou o convênio? Justifique, sucintamente, a modalidade escolhida, bem como, o porquê da não-aplicação das rechaçadas;
- b) o prazo máximo para a utilização do bem fica adstrito ao mandato do governante, ao limite do artigo 57, inciso II, da Lei (Federal) nº 8.666/93, ou existe algum outro critério para a sua fixação? Justifique.
- c) existe a necessidade de processo licitatório para que se efetive tal parceria? Justifique.

5. Em determinado órgão, constata-se a necessidade de efetuar promoções de servidores, isso tendo em conta determinação em lei, vigente desde 1998, que fixa os meses de maio e setembro de cada ano para que tal ocorra. O mandato do titular do Poder encerra-se em dezembro. A lei não previu exceção para a realização de promoções no ano em que termina o mandato do administrador. Em decorrência das promoções, ocorre aumento na folha de pagamento. Pergunta-se: considerados os termos do parágrafo único, do artigo 21, da Lei de Responsabilidade Fiscal, no ano em que se encerra o mandato do titular do Poder, é possível realizar promoções no mês de setembro? Justifique.

6. Elabore um parecer, indicando dispositivos legais e constitucionais pertinentes, doutrina e jurisprudência, quando cabíveis.

O Superintendente de Recursos Humanos, da Secretaria de Estado de Gestão Pública, remete consulta à Procuradoria-Geral do Estado, indagando qual o procedimento a ser adotado pela Administração Pública, na seguinte questão:

*Um servidor público cometeu crime de extorsão qualificada em 07.08.1997. Em razão disso, foram instaurados processo administrativo disciplinar e ação penal. No âmbito administrativo foi aplicada e cumprida a pena de suspensão por 90 dias. Tão logo cumprida a pena administrativa, o servidor pediu a sua aposentadoria voluntária, que lhe foi concedida pela Administração, em 15.09.2002. Após isso, na ação penal, foi condenado a cinco anos, sendo-lhe imposta a perda do cargo público (CP, art. 92, inc. I, al. “b”)[1], em face das circunstâncias que envolveram o ato ilícito, tendo transitado em julgado a sentença condenatória, o que se deu em*

---

1[1] Código Penal: “Art. 92. São também efeitos da condenação: I – a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo: a) quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública; b) quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 anos nos demais casos;”.

**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

*20.06.2003. Passada esta data, o Juiz Criminal competente remeteu cópia da sentença, com a respectiva certidão de trânsito em julgado, ao Secretário de Estado de Gestão Pública, para o cumprimento da decisão judicial.*

---

**BOA SORTE!!!**

Pontuação.

1 – 2,0

2 – 1,0

3 – 1,5

4 – 1,5

5 – 1,0

6 – 3,0